



AFROCENTRICIDADE: DISCUTINDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA BIBLIOTECA

Elisângela Gomes¹

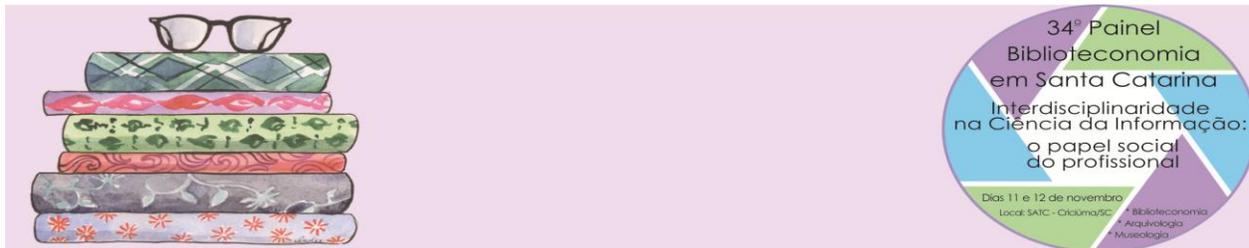
RESUMO: Este artigo investiga o potencial da(o) profissional bibliotecária(o) atuante em bibliotecas para a promoção da equidade racial através do pensamento afrocêntrico. Tem como objetivo analisar o papel social da biblioteca e discutir a temática étnico-racial dentro da proposta de recursos e serviços já oferecidos, sendo esses mediados pela/o bibliotecária(o) no ofício cotidiano da profissão. Como procedimento metodológico, o devido trabalho utiliza-se de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de caráter exploratório, com a finalidade de compreender os conceitos e características da filosofia afrocentrada e sua aplicabilidade no ambiente da biblioteca, no que tange o conhecimento, valorização e disseminação da história e cultura afro-brasileira e africana. O corpus textual discute questões relacionadas à inserção das temáticas étnico-raciais na formação profissional e também nas bibliotecas através da disseminação de informação, produtos e serviços. Podemos concluir que a partir da mobilização do Movimento Negro, aliado às políticas de ações afirmativas e as discussões acadêmicas promovidas por pesquisadoras (es) negras (os) alterou o cenário hegemônico trazendo novas demandas de representatividade, nesse sentido a biblioteca tem o potencial de fortalecer a identidade negra nas atividades de produção e disseminação da informação a partir do acolhimento das demandas sociais elencando elementos que centralizam a discussão étnico-racial no viés cultural, histórico, de produção do conhecimento e valorização da oralidade e memória modificando estereótipos negativos atribuídos aos saberes africanos e afro-diaspóricos.

Palavras-chave: Papel social da biblioteca. Relações étnico-raciais. Afrocentricidade.

1 INTRODUÇÃO

A visibilidade da produção intelectual de pensadoras (es) negras e negras começa a ser discutida com intensidade a nível institucional e em caráter obrigatório, a partir da implementação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e médio. Dessa forma, bibliotecárias e bibliotecários, gestoras e gestores da informação, educadoras e educadores precisaram repensar as práticas sociais e pedagógicas aplicadas a fim de contemplar e abarcar estudos a partir da perspectiva de uma educação afrocentrada, ou seja, legitimando as diversas formas de resistência negra como os quilombos, as lutas do Movimento Negro e o

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-Graduada em Teoria e Prática da Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: zanza18@gmail.com



discurso de especialistas negras e negros de diversas áreas do conhecimento dedicados aos estudos do continente africano e da diáspora africana e sua importância para a construção da identidade negra. Este trabalho apresenta e conceitua os princípios básicos de afrocentricidade, que situa a população negra no centro das discussões nos processos históricos de produção do conhecimento e saberes, da valorização cultural e de elementos pertencentes à memória e ancestralidade antes do processo de escravização que marginalizou esse grupo étnico e subalternizou seu sistema de crenças e valores em detrimento do poder hegemônico europeu. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, pois teve por finalidade compreender um fenômeno em profundidade e que ocorre dentro de um determinado contexto. Segundo Flick (2009, p. 08), a abordagem qualitativa “Analisa experiências de indivíduos e grupos que podem estar relacionadas a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia”. Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa bibliográfica caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema e o aprimoramento de ideias e/ou descobertas. (GIL, 2007).

A afrocentricidade é apresentada neste artigo como uma alternativa à inclusão das questões étnico-raciais nas práticas biblioteconômicas no âmbito de recursos e serviços oferecidos e a postura profissional na esfera da formação humana e acadêmica de cunho social, tendo como foco principal a atuação profissional voltada para as pessoas e não para o acervo, buscando uma visão pós-custodial² comprometida em formar cidadãos e cidadãs conscientes dos diversos contextos socioculturais ao qual são participantes e podem se reconhecer como protagonistas ativas desse processo.

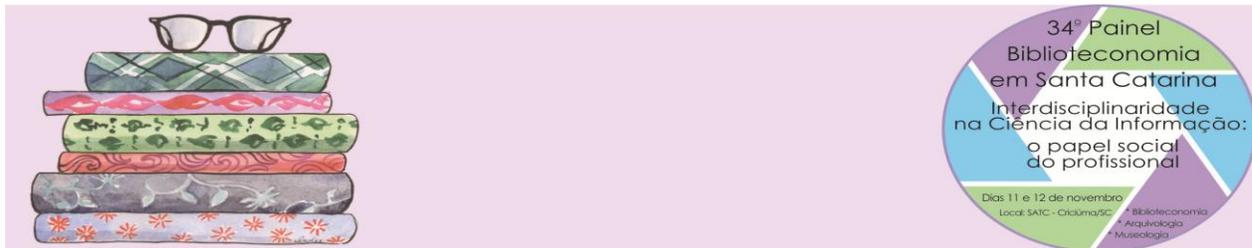
2 AFROCENTRICIDADE

Os estudos sobre afrocentricidade surgem em decorrência do processo de tomada da conscientização política e dos direitos civis da população negra que se encontrava à margem dos processos históricos norteados pela experiência eurocêntrica (MAZAMA, 2009). Nos anos 60, intelectuais afro-americanas (os) iniciaram estudos do conhecimento pan-africanista³ a partir de uma perspectiva negra, dessa forma buscam através do processo de conscientização e libertação da mente alcançar a centralização do pensamento onde a (o) africana (o) atua como protagonista.

Nos anos 80 Molefi Kete Asante concebeu a ideia de afrocentricidade como “[...] um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe as (os) africanas (os) como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.” (ASANTE, 2009, p. 96). É importante ressaltar que a obra de Asante (2009) foi traduzida para o português e tem sido utilizada em diversas áreas do conhecimento nos cursos

² O paradigma emergente, pós-custodial, informacional e científico postulado para a área da documentação/informação surge associado à perspectiva evolutiva que anuncia como inevitável a emergência de uma CI transdisciplinar, isto é, que agrega em si e resulta da fusão das disciplinas práticas arquivologia, biblioteconomia e documentação. (SILVA, 2006) Nessa perspectiva, o documento tradicional dá lugar à realidade virtual e torna possível o acesso simultâneo em diferentes tempos e espaços.

³ Para essa temática ver NASCIMENTO, Abdias do. O Brasil na mira do pan-africanismo. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.



de graduação em universidades como: UNB, UFRRJ, UFBA, UFRGS, UFG, UFMG entre outras. Destacamos a produção intelectual do pesquisador Renato Nogueira dos Santos Junior coordenador de pesquisas relevantes no campo, dentre elas destacam-se “Filosofando com sotaques africanos e indígenas (2014-2016)”, “Mankalas e Utotos: Jogos para Educação das Relações Etnicorraciais (2012-2014)” e “Afrocentricidade e Educação: formação continuada (2010)” que propõe um olhar afrocêntrico no currículo da educação básica em consonância com a Lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.

Para situar essa filosofia na área de Biblioteconomia, é importante ressaltar as cinco (05) características cruciais desse método, segundo Asante (2009, p. 96): 1) Interesse pela localização psicológica, 2) compromisso com a descoberta do lugar da (o) africana (o) como sujeito; 3) defesa dos elementos culturais africanos; 4) compromisso com o refinamento léxico; 5) compromisso com uma nova narrativa da história da África.

A primeira característica, *Interesse pela localização psicológica* refere-se à demarcação, localização do indivíduo em relação à sua cultura, a reflexão que devemos fazer é: esse indivíduo está mais próximo ou à margem de sua cultura? Segundo (ASANTE, 2008, p. 96) “[...] uma pessoa está deslocada ou descentrada sempre que se posicionar a partir de experiências que não fazem parte de sua história, sempre que operar centrada nas experiências de outrem”. Quando o povo negro tem como eixo central o reconhecimento identitário da sua ancestralidade e valores, este torna-se sujeito, protagonista da sua história e não objeto, algo a ser observado e retratado por outros.

A segunda, *compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito*, relaciona-se na compreensão do tempo na perspectiva afrocentrada, ou seja, para entendermos o presente, temos o passado como referencial, nossa ancestralidade. “[...] a inserção de uma temporalidade afrocentrada na educação não deve estar devotada para a busca de um passado idealizado, nem de uma África mítica, porém, se trata de aprender com as gerações antigas e entender que o presente só é possível pelo passado que o antecede”. (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 08). A terceira, *defesa dos elementos culturais africanos* refere-se à valorização das contribuições culturais e valores africanos como parte do patrimônio da humanidade. Asante (2009, p. 98) afirma que:

[...] não se pode assumir uma orientação voltada à agência africana sem respeitar a dimensão criativa da personalidade africana e dar um lugar a ela. Deve haver a compreensão dos elementos africanos linguísticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos e dos valores, hábitos, costumes e religião sem impor interpretações eurocêntricas ou não-africanas.

A quarta, *compromisso com o refinamento léxico* relaciona-se ao uso da linguagem do ponto de vista da realidade e das referências africanas. Asante (2009, p. 99) afirma que:

Livrar-se da linguagem de negação dos africanos como agentes na esfera da história da própria África reduzidos a condição de inferioridade, não-humanos, selvagens de



segunda-classe. O pensamento afrocentrado se engaja no processo de desvelar e corrigir as distorções decorrentes desse léxico convencional da história africana.

Termos e expressões são utilizados com a intenção de subalternizar a população negra, a exemplo disso “muleque” e “denegrir” se aplicam a essa característica. “Muleque”, palavra de origem quimbunda, com significado de menino, integrou-se ao português como menino travesso, menino de rua, indivíduo sem palavra (CARBONI, MESTRI, 2012, p. 40). Já o termo “denegrir”, de origem etimológica da junção do prefixo intensificador “de” e o termo “negrus”, que significa negro é utilizado no sentido de difamar algo ou alguém, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa⁴, é definido como: “Tornar (-se) negro ou escuro. escurecer (-se), diminuir a pureza, o valor de; desvalorizar (-se)”.

A quinta e última característica *compromisso com uma nova narrativa da história da África* trata do estudo das relações culturais africanas entre si e não o estudo da África em relação com a Europa, ou seja:

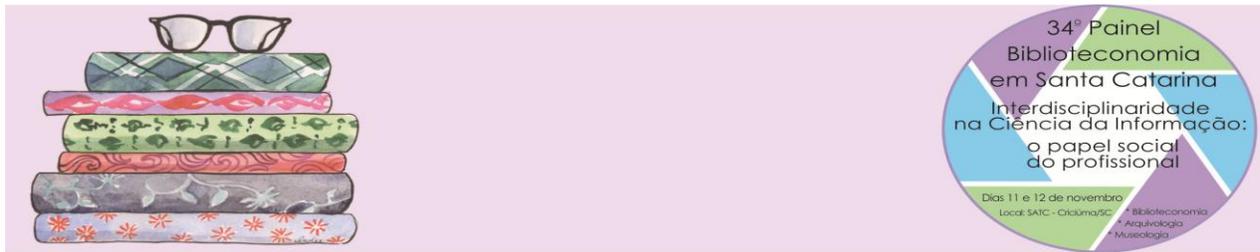
O modelo de pesquisa colonial, aperfeiçoado por franceses e ingleses. Se esses estudavam a África ocidental e observavam os akan, faziam isso como se o povo de Gana não tivesse relação com os baule da Costa do Marfim. Isso produziu um tipo de pesquisa direcionada, que não permite ao pesquisador entender as inter-relações com culturas adjacentes ou contíguas (ASANTE, 2009, p. 100).

Para iniciar qualquer debate sobre uma perspectiva afrocentrada, além das características apresentadas, é importante enfatizar o que significa “Africana (o)” e também o conceito de “Agência”. Para Asante (2009, p. 102):

Não se trata de um termo essencialista, ou seja, não é algo que se baseia simplesmente no “sangue” ou nos “genes”, Muito mais do que isso, é um construto do conhecimento. Um africano é uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. Por vezes pode ter participado sem saber o que fazia, mas é aí que entra a *conscientização*. Só quem é conscientemente africano - que valoriza a necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica - está corretamente na arena da afrocentricidade. Não significa que os outros não sejam africanos, apenas que não são Afrocêntricos. Em outro nível falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos.

O conceito de “Agência” é central na discussão sobre afrocentricidade, pois implica na articulação de diversos tipos de recursos em função da promoção da diversidade, além de colocar as etnias africanas como protagonistas de sua trajetória histórica. Em linhas gerais, [...] é a capacidade de dispor de recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana (ASANTE, 2009, p. 94). Nesse sentido, o lugar de fala está intimamente relacionado ao conceito de agência e faz-se indispensável para ressignificar a história e a cultura desse grupo étnico. Santos Júnior (2010, p. 4) afirma que:

⁴ HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.



Uma demarcação afrocentrada na educação começaria relendo os papéis de todas as atrizes e atores na produção dos diversos saberes. É oportuno enfatizar que *localizar* se refere ao lugar de onde é feita uma narrativa, desde onde as práticas e posições emergem, às referências e valores que orientam e organizam atividades políticas e de pesquisa. Agência diz respeito à capacidade de utilizar dos recursos intelectuais e políticos na redefinição dos papéis dos povos, mulheres e homens africanos como protagonistas nos diversos processos de produção de conhecimento e participação na construção das civilizações humanas. Portanto, em certa medida, localização e agência são indissociáveis.

A intenção de contextualizar e discorrer sobre o conceito de afrocentricidade e seus princípios é para propor uma reflexão de ações e práticas profissionais que privilegiem a representatividade negra na biblioteca, garantindo um protagonismo referente à contribuição negra no processo de construção social, cultural e intelectual da humanidade.

3 O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA

Até o momento, sabemos da existência das bibliotecas desde a antiguidade, de caráter privado e particular com função primordial de acolher a história dos registros humanos, garantindo a guarda e a preservação dos suportes informacionais que, de acordo com a geografia e o tempo histórico, partiu dos tabletes de argila para os papiros, pergaminhos, papel impresso e na atualidade, toda e qualquer compilação de dados registrados em diversos suportes, seja em meio físico, eletrônico, digital ou virtual.

Dessa forma, podemos compreender que a biblioteca como um ambiente de promoção e acesso à leitura, entretanto inacessível a grande parte da população “[...] houve, para um dado local e um dado momento, a posse desigual do livro, a hierarquia das bibliotecas, de acordo com escalas de contrastes macroscópicos, entre dominantes e dominados, as elites e o povo”. (SOUZA, 2005, p. 01).

A falta de acesso à educação e a extensão da escolaridade para a população negra também pode ser entendida como fator de exclusão ao acesso às bibliotecas “Encontramos informações de que os escravos eram absolutamente excluídos da escola, mesmo de instrução primária, escravos e leprosos eram proibidos de frequentarem as escolas (PINTO, 1987, p. 13). Romão e Carvalho (2003, p. 66) ressaltam que: “[...] no ano de 1835 ficou estabelecida a proibição da frequência dos escravos às escolas”. Essa afirmativa confirma-se com a Resolução Imperial nº. 382, artigo 35 de 1º de julho de 1854 que perdurou até 1860, apresentada pelas autoras que determinava: “[...] Os professores receberão por seus discípulos todos os indivíduos, que, para aprenderem primeiras letras, forem apresentado-lhe, exceto os cativos e os afetados de moléstias contagiosas”.

Historicamente a leitura tem sido um instrumento de poder e de exclusão social: primeiro nas mãos da Igreja, que garantia para si, por meio do controle dos textos sagrados, o controle da palavra divina; em seguida, pelos governos aristocráticos e pelos



poderes políticos e, atualmente, por interesses econômicos que dela tentam se beneficiar (CASTRILLÓN, 2011, p. 16).

No Brasil Colônia houve uma grande expansão dos bens escritos mantidos em bibliotecas de conventos e outras ordens religiosas principalmente da ordem dos padres jesuítas, que embora trouxessem a possibilidade do acesso ao livro, impuseram seus ideais religiosos e também a cultura erudita. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil acarretou na transferência da Real Biblioteca para o Rio de Janeiro,

[...] com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas, no primeiro lote. Com o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos chega o segundo lote de livros da Real Biblioteca, com José Lopes Saraiva, chegam os últimos 87 caixotes de livros. Com o acervo sempre em expansão, em 1876, instituição passa a se chamar definitivamente Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA..., 2015, *on-line*).

Embora as bibliotecas no período colonial representem um momento importante na história dos registros escritos, o cunho elitizado se manteve, eram frequentadas pelo público de melhor poder aquisitivo afastando os setores mais populares e a preocupação com a preservação do material impresso ainda era o foco das instituições.

A disseminação da informação é concebida com as bibliotecas no período do renascimento, essa de caráter democrático e acessível ao público. Ao final do século XIX, a biblioteca começa a ser discutida enquanto instituição social capaz de preservar e mediar seus recursos em favor da educação, nesse período esses ideais foram perpetuados por Melvin Dewey (1898):

[...] chegamos a um reconhecimento geral que educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo o mudo e o cego para os defeituosos e os delinquentes, que na antiga concepção eram deixados à margem (*apud* MÜLLER, 1984, p. 11).

Na filosofia da educação como ideologia de redução dos problemas sociais, a função da biblioteca passa a ter um caráter ativo no processo educacional, bem como a importância da (o) profissional bibliotecária (o) na orientação da mediação da leitura das (os) usuárias (os).

Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era um catador de ratos entre livros embolorados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas (*apud* MÜLLER, 1984, p. 11).

Embora demonstrou-se uma preocupação com a democratização da biblioteca e a mediação da leitura no final do século XIX, observamos atualmente que a falta de acesso à biblioteca e a reconhecimento desta como uma instituição democrática e para todas (os) se perpetua. Silvia Castrillón (2003) acredita que a esse fato pode ser originário de um modelo de



sociedade capitalista que considera a leitura pouco lucrativa em termos de produtividade, portanto não privilegiada a não ser como acesso à informação valorizando somente leituras técnicas e científicas. A autora nos dá indícios de que esse afastamento da população em relação a biblioteca está ligado ao controle e a mercantilização da leitura, a ela é atribuído valor apenas quando tem utilidade concreta.

Podemos perceber dessa forma que o fato da biblioteca ter se perpetuado por muito tempo como uma instituição de caráter privado à uma elite, acarretou também na falta de investimentos públicos para as bibliotecas públicas e escolares. Em uma análise dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca, nota-se também o caráter elitizado presente no estímulo das práticas de leituras canônicas, silenciosas, individuais, em detrimento do incentivo às leituras que retratam o contexto cotidiano das (os) leitoras (es) bem como a cultura e as suas manifestações populares envoltas nas práticas coletivas “ruidosas”.

A biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento. O Brasil é um país onde existe o preconceito e a discriminação étnico-racial, assim seria impossível que a biblioteca, enquanto instituição social inserida em tal sociedade ficasse privada das marcas do racismo (CARDOSO, 2015, p. 19).

Compreendendo a trajetória da biblioteca na sociedade temos a percepção de fatores negativos que impedem que essa instituição desempenhe um papel na construção da democracia. Entendemos que a biblioteca precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso de suas (seus) leitoras (es) não só ao acervo, mas também às ações que dinamizem o espaço e dialoguem com o público leitor e não leitor configurando-se como um espaço social com sentido de pertencimento à comunidade. O entendimento de público também deve ganhar outro sentido, questões socioeconômicas, gênero e raça são também pertinentes quando discutimos acesso e democracia.

No ano de 2015, a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” revelou que 85% das (os) entrevistadas (os) afirmaram não existir ou não saberem da existência de bibliotecas em sua cidade, ou seja, o desconhecimento e/ou a não existência desses espaços de leitura se refletem na ausência de leitoras (es), entretanto, existe a possibilidade dessa ausência estar diretamente relacionada à forma como recebemos nossa formação acadêmica nos moldes sistemáticos e tecnicistas pouco preocupada com a formação humana e na mediação de leitura.

3.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA (O) BIBLIOTECÁRIA (O)

A prática biblioteconômica, no paradigma custodial consiste na organização e sistematização do conhecimento a partir de uma formação técnica-normativa, valorizando a custódia, ou seja, a guarda a conservação e o suporte. (SILVA, 2006). Esse fazer foi se modificando, o suporte informacional mudou, bem como as formas de disponibilizar e recuperar a informação emergindo o paradigma pós-custodial influenciado pelas ciências sociais e comunicacionais. Dessa forma a Ciências da Informação investiga os problemas, temas e casos



relacionados com o fenômeno info-comunicacional, ou seja, pautada na informação enquanto fenômeno humano e social, perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação” (SILVA, 2006).

A evolução tecnológica e as mudanças sociais trouxeram novas demandas à biblioteca, neste contexto serviços destinados ao público como a difusão do conhecimento, cultura e lazer foram agregados, entretanto, de acordo com Rasteli e Cavalcanti (2013, p. 165): “Com intensidade, vários cursos de Biblioteconomia no Brasil preocupam-se principalmente com o processamento da informação e raramente com a sua disseminação e com a formação de leitores”. Para (EGAN, 1955 *apud* MÜLLER, p. 28), a biblioteca é uma instituição social dinâmica, em permanente evolução, justamente pelo fato de relacionar-se diretamente com os setores da sociedade. Por isso idealizava a biblioteca como uma instituição influenciada e influenciando a estrutura social que a circunda, refletindo e contribuindo para o desenvolvimento social responsável pela organização do conhecimento, a difusão dos produtos culturais e a administração do fluxo do conhecimento registrado.

O papel social, cultural e educacional da Biblioteconomia não está restrito à atuação em bibliotecas escolares, públicas e comunitárias. O ser social deveria ser algo presente em nós, antes do ser profissional, e sim quando nos consideramos cidadãos e cidadãs. Isso não se trata de perfil profissional, e sim de um modo de ver e reconhecer o outro e a partir disso direcionar as nossas práticas profissionais atendendo às necessidades das (os) nossas (os) usuárias(os), leitoras (es) e em potencial. De acordo com as diretrizes curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC),

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve buscar aprimoramento contínuo (BRASIL, 2001, p. 32).

Entretanto, para que essa formação seja alcançada, precisamos repensar as estruturas curriculares fragmentadas às quais dissociam determinados conhecimentos como se não deveriam fazer parte das aptidões profissionais, e quando disciplinas são inseridas por alguma política governamental e/ou institucional, não raras exceções estudantes não compreendem sua real necessidade e aplicabilidade, pois não conseguem compreender a transversalidade de determinados assuntos como as questões raciais e de gênero, assim como o corpo docente não dialoga com seus pares para preencher essas lacunas.

Tal imprecisão e ocultamento da diversidade cultural e das desigualdades raciais - implica também a falta de entendimento do currículo a ser trabalhado, apresentado, em alguns referenciais teóricos, de modo polarizado: “o saber acumulado” e “os demais saberes”. Definindo o que é saber e o que é cultural, implicitamente acaba-se por determinar, também, o que é inteligência, disciplina e o tipo de “aluno ideal”, quando se



elege um “padrão” de aluno, de cultura e de saber, tomando como modelo a classe média, entra-se em contradição com o padrão de alunos reais das classes populares - com o sentido do próprio projeto educacional que se pretende alcançar - aberto e democrático, na medida em que se nega a pluralidade cultural (SILVA, 2002, p. 27).

Esse padrão de comportamento imposto as (aos) estudantes de graduação são refletidos na postura adotada na atuação profissional, pois o silenciamento das diversas formas de saber e de culturas que são hierarquizadas privilegiando os grupos brancos e eurocêntricos tornam outras culturas invisibilizadas e marginalizadas reforçando as desigualdades étnicas, culturais e sociais.

Dentre as competências e habilidades esperadas pelo profissional da Biblioteconomia, estão: “[...] traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente”. (MEC, 2001, p. 32). Podemos interpretar esses indivíduos, grupos e comunidades pensando nos grupos minoritários que ao longo dos anos vem reivindicando seu espaço e representatividade e principalmente no contexto atual essas questões ganham repercussão nos veículos midiáticos. Nesse contexto, faz-se pertinente afirmar a importância da informação e do acesso à conteúdos que reforcem a importância e o respeito à diversidade.

3.2 AFROCENTRICIDADE NA BIBLIOTECA

O processo de exclusão da população negra é histórico e refletido nas esferas sociais. Diversas tentativas de dominação e subalternização foram utilizadas: a catequização dos jesuítas e a proibição dos cultos religiosos de matriz africana, práticas corporais e musicais como a dança e a capoeira, bem como a imposição da língua portuguesa e a supressão das línguas faladas pelas africanas (os) escravizadas (os) no Brasil.

Ao embarcarem na África, os africanos perdiam os nomes próprios e eram rebatizados com prenomes lusitanos. Negreiros e escravistas esforçavam-se para que os passageiros dos tumbeiros e as escravarias das fazendas não fossem de mesma origem e de mesma língua. O ideal almejado pelas classes proprietárias coloniais foi a destruição pura e simples das línguas nativas e forasteiras e a manutenção e congelamento das formas linguísticas praticadas pelas classes dominantes metropolitanas (CARBONI, MESTRI, 2012, p. 28).

Entretanto, a luta pelos direitos civis reverberou no Brasil na década de 60, a articulação dos movimentos sociais e movimento negro trouxe uma mudança significativa da presença negra no Brasil, um reflexo disso foi um compromisso político-social com a escrita e a visibilidade do protagonismo negro na literatura e na dramaturgia com a criação dos Cadernos Negros e a revista Quilombo e o Teatro Experimental Negro (TEN), centralizando a narrativa histórica pela perspectiva do negro como sujeito. Na atualidade, 2003, tivemos a aprovação da Lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas Escolas, e em 2010 temos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Em 2012 a Lei 12.711/12



estabelece reserva de vagas para estudantes oriundos da rede pública e estudantes autodeclarados pretas (os), pardas (os) e indígenas.

Esses são alguns exemplos de avanços decorrentes da mobilização social em busca da equidade racial e da ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. No âmbito educacional nos cursos de nível superior em Biblioteconomia notamos uma lentidão na implementação de disciplinas curriculares que tratam sobre as discussões étnico-raciais, dessa forma, a biblioteca, com raras exceções, segue reproduzindo um comportamento excludente, pois desde a sua concepção está ligada à pequena parcela da população que detém a posse do poder econômico e dessa forma corrobora com o silenciamento da produção intelectual e cultural dos grupos excluídos e conseqüentemente desse grupo étnico, pois essa exclusão não se dá apenas na relação de classes, mas também na exclusão intelectual e na hierarquização dos saberes.

É necessário pensar na relação informação e sociedade nas atividades de produção e disseminação da informação dos grupos que estão à margem em relação à dominação hegemônica valorizando seus conhecimentos e saberes, que por serem distintos, não podem ser inferiorizados.

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está inserida; analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e também identificar as histórias silenciadas; recuperar, preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural (CARDOSO, 2015, p. 34).

A importância da representação negra na biblioteca a partir de uma visão afrocentrada, é crucial para a formação social da população negra, pois esta irá reconhecer-se nos elementos que constituem a experiência africana na diáspora como protagonista, que embora tenha vindo para o Brasil na condição de escravizada, detém uma trajetória histórica com um sistema de crenças, costumes, comportamentos, a forma de ser e estar de portar-se, diferentemente do modelo europeu imposto como modelo de padrão social, cultural e intelectual.

Entendidos os conceitos orientadores da afrocentricidade, podemos refletir sobre alguns procedimentos básicos relacionados à profissão, como: indexação, aquisição, seleção e desenvolvimento do acervo, fontes de informação histórico-geográficas, literárias e culturais, e também a mediação dessas informações e propor o seguinte questionamento: Qual tipo de acervo a biblioteca deve contemplar para garantir uma discussão étnico-racial onde a população negra seja protagonista? Que tipo de identidade visual a biblioteca irá utilizar quando irá referir-se ao povo negro? No que tange o uso da palavra, a biblioteca estará atenta sobre as questões de sexismo e racismo linguístico, no uso de termos pejorativos?

A (o) Bibliotecária (o) não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social.



Compreendemos que mediação da informação não está vinculada somente às atividades de serviço de referência, que consiste no contato direto com as (os) usuárias (os), e sim, [...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 4). Essa interferência na mediação da informação pode trazer efeitos positivos ao leitor, caso a/o profissional esteja apta/o a tratar das questões inerentes à valorização dos símbolos e princípios étnico-raciais lançando mão de um pensamento crítico contextualizado na realidade do público ao qual a biblioteca presta seus serviços.

Rasteli e Cavalcanti (2013) apresentam algumas competências, habilidades e atitudes que potencializam a atuação da/o bibliotecária/ na mediação de leitura: deve possuir:

- a) ser leitor ativo;
- b) conhecer as teorias da leitura;
- c) valorizar as narrativas orais;
- d) viabilizar o acesso da informação em seus diferentes suportes;
- e) conhecer as políticas públicas para o livro e a leitura;
- f) estar atento às multiplicidades culturais;
- g) estabelecer relações afetivas com o leitor;
- h) trabalhar em equipe;
- i) estabelecer parcerias;
- j) ter competências aplicadas às TICs;
- k) conhecer e utilizar as ferramentas da Web 2.0;
- l) buscar a educação continuada.

Desse modo, não podemos descartar a formação continuada, sobretudo de competências, saberes, fazeres e compartilhamento de experiências que potencializam sua competência de atuação como mediador de leitura. A biblioteca através da seleção de materiais que tenham como foco elencar elementos que centralizam a discussão étnico-racial no viés cultural, histórico, de produção do conhecimento e valorização da oralidade e memória tem o potencial de modificar estereótipos negativos atribuídos aos saberes africanos/afro-diaspóricos.

“A identidade é uma construção social, mas também política, podendo ser afirmada ou não ao longo da história. Trabalhar para a (re) construção da identidade negra exige a mediação da informação e conhecimento, portanto perpassa o espaço da biblioteca” (CARDOSO, 2015, p. 97). Entretanto é necessária uma sensibilização sobre o processo de exclusão social e racial para que as/os profissionais da informação ampliem e modifiquem sua atuação, buscando novas fontes do saber e do conhecimento, entrando em contato com movimentos sociais, coletivos negros, ações de promoção de capacitação profissional pra implementação do conteúdo histórico e cultural afro-brasileiro.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos, este trabalho preocupou-se em elencar elementos centrais do conceito de afrocentricidade aplicada à biblioteconomia e dessa forma refletir a formação profissional e as práticas adotadas na sua atuação em bibliotecas.

Observamos que o pensamento afrocentrado baseia-se em modificar a imagem estereotipada da população negra a partir do momento em que o indivíduo negro torna-se central, protagonizando sua história. Dessa forma, sua localização em relação ao entendimento da sua cultura, com olhar apurado para o passado ancestral, em defesa dos seus elementos culturais bem como o entendimento das contribuições africanas na construção da humanidade torna a (o) africana (o) sujeito da sua história. Compreendemos que para isso, é necessário primeiramente, um processo de conscientização do papel da população negra na construção social e a evocação das suas origens culturais e históricas do continente africano.

Desse modo, a biblioteca apresenta-se como um lugar do conhecimento de fundamental importância para a (re) construção da identidade negra. Adentrando no entendimento do papel social da biblioteca, notamos que este ainda está muito prejudicado em decorrência da estrutura elitizada a qual as bibliotecas estão submetidas desde a sua criação. As bibliotecas como órgãos públicos de acesso democrático, em sua maioria, não refletem os valores culturais das camadas populares, bem como não se preocupa em dar visibilidade para a produção intelectual dos grupos étnicos que estão à margem da cultura dominante de valores eurocentrados que hierarquiza as culturas e os saberes.

Sendo assim, a menos que essa estrutura elitizada seja modificada, a biblioteca não cumprirá seu papel social. Porém, entendemos que determinadas estruturas podem iniciar seu processo de transformação a partir das demandas sociais, de reivindicação de representação nos espaços públicos. As bibliotecas dependem da gestão de profissionais para mediar e criar recursos e serviços que atendam e dialoguem com a comunidade na tentativa de ser um órgão vivo e importante no entendimento crítico das construções sociais.

Ao exercício da profissão, cabe rever a formação tecnicista em detrimento da formação social, cultural e educacional, não perdendo de vista outras formas de representação do conhecimento, como as narrativas orais e os valores da cultura e dos saberes dos grupos étnicos que constituem a formação nacional. É importante que esse olhar apurado da profissão dê visibilidade e voz para a diversidade étnico-cultural, denunciando práticas e materiais de cunho discriminatório, eliminando estereótipos. Esse processo de afirmar a existência da população negra amplia as possibilidades de atuação das bibliotecas ressignificando também o ideal de sociedade democrática e o respeito à presença negra na sociedade.

Acreditamos que introduzir o conceito de Afrocentricidade na biblioteca é apenas iniciar uma discussão sobre qual o papel está sendo desempenhado pelas bibliotecas e suas (seus) profissionais e qual é a representação que queremos ter de fato, dessa forma, abrimos a possibilidade de repensar e descobrir bases teóricas e diretrizes mais sólidas para que essas práticas sociais sejam implementadas.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. **Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens**. Pesq. Bras. Ci. Inf., Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan. /dez. 2009.
- ASANTE, Molefi. **Afrocentricidade**: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: Nascimento, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Sobre a BN*: histórico. 2015. Disponível em: <<https://www.bn.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Biblioteconomia**. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: Língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**, Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- MÜLLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.
- PINTO, R. P. A educação do Negro – uma revisão bibliográfica. In: **Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, 62, agosto/1987, 3 - 34.



RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em Biblioteca Pública. In: **Encontros Bibli**, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan. /abr., 2013.

RETRATOS da leitura no Brasil. São Paulo: Instituto Pró-Livro; IBOPE Inteligência, 2015. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em junho de 2016.

ROMÃO, J; CARVALHO, A. A. de M. C. de. Negros e educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência. In: DALLA BRIDA, N. (org). **Mosaico de escolas**: modos de produção em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003

SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira dos. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 1-16, nov. 2010.

SILVA, Maria José Lopes da. Pedagogia multiracial em contraposição à ideologia do Branqueamento na educação. In: As ideias racistas, os negros e a educação. **Série Pensamento Negro em Educação**, Santa Catarina, v.2, p. 23-39, dez.2002.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.



AFROCENTRICITY: DISCUSSING THE ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN LIBRARY

ABSTRACT: This article investigates the potential of the professional active librarian in libraries for the promotion of racial equity through afrocentric thought. It has as objective to analyze the library's social role and discuss the ethnic-racial themes within the proposal of resources and services already offered, and those mediated by the librarians in the daily activity of their profession. As a methodological procedure proper work makes use of bibliographic research with qualitative approach exploratory, in order to understand the concepts and features of afrocentric philosophy and its applicability in the library environment, regarding the knowledge, appreciation and dissemination of the Afro-Brazilian and African history and culture. The textual corpus discusses issues related to the integration of ethnic and racial issues in training and also in libraries through the dissemination of information, products and services. We can conclude that from the mobilization of the black movement, combined with affirmative action policies and academic discussions promoted by researchers black changed the hegemonic scenario bringing new demands for representation in this respect the library has the potential to strengthen black identity in production activities and dissemination of information from the host of social demands elencando elements that centralize the ethnic-racial discussion in cultural bias, historical, production knowledge and appreciation of orality and memory changing negative stereotypes attributed to African knowledge and african-diasporic.

Keywords: Social role of Library. Ethnic-Racial Relations. Afrocentricity.